

A TRANSIÇÃO DA GEOGRAFIA AGRÁRIA NA DÉCADA 1970

PEREIRA, Liliane de Almeida
Acadêmica do Curso de Licenciatura em Geografia
Universidade Estadual de Goiás/UnU Goiás
Liliane-120780@hotmail.com

LEMES, Rosangela Ramos
Acadêmica do Curso de Licenciatura em Geografia
Universidade Estadual de Goiás/UnU Goiás
rosangelalocao@hotmail.com

ARAÚJO, Tais Lorraine Pimenta
Acadêmica do Curso de Licenciatura em Geografia
Universidade Estadual de Goiás/UnU Goiás
Tais_lorraine1@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O pensamento na geografia agrária passou por vários momentos no desenvolvimento brasileiro, tendo em cada período uma perspectiva analítica e política. Assim, este trabalho busca analisar o processo de transição teórico-metodológica ocorrida na ciência geográfica na década de 1970, considerando as mudanças concretas ocorridas no ambiente agrário/agrícola do país, com a modernização do campo.

Esse debate tem sido realizado por estudiosos e pesquisadores, da geografia ou não. A reforma agrária (ou a “não reforma agrária”) e o processo de modernização agrícola, a violência no campo, à expropriação camponesa da terra, entre outros problemas vinham sendo até os anos 1970, na geografia, mascarados ou entendidos de forma positivista.

Os principais objetivos desse texto referem-se à reflexão teórica sobre o período de transição do pensamento na geografia agrária na década de 1970,

Anais da Semana de Integração Acadêmica

02 a 06 de setembro de 2013

quando alguns autores rompem com a postura positivista, para assumir a dialética marxista como método. Metodologicamente, o texto resulta de discussões realizadas na disciplina de Geografia Agrária, do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual de Goiás/Unidade de Goiás. Especificamente, organizamos o trabalho a partir discussão de autores da geografia agrária, com destaque para Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira. Esperamos, com isto ajudar na discussão deste importante período da geografia agrária.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Antes da década de 1970, a geografia tinha uma base empírica, voltada ao pensamento positivista, onde o que importava era a concretude conceitual. Dessa forma, a década de 1960 revela o período de transição de concepções, filosóficas na geografia agrária, alterando não só as teorias e métodos, mas principalmente o arsenal técnico, como a base paradigmática. Segundo Oliveira citado por Macedo, Gusmão e Almeida (2003, p. 40), para se compreender a Geografia Agrária brasileira, é necessário que se tenha antes, uma compreensão do desenvolvimento pelo qual o capitalismo tem passado em âmbito mundial.

Neste sentido, o estudo geográfico da agricultura foi aplicado, ao longo do tempo, em diferentes focos, dando início as inúmeras reflexões sobre o modo de pensar do momento vigente. Desta forma, a Geografia Agrária foi desenvolvida como parte da uma Geografia Econômica, e com isso os estudos econômicos no contexto da Geografia tinham, no campo da agricultura, seu foco principal. Na verdade quase não era dada a importância às questões sociais envolvidas na agricultura.

Assim, quando os mais diversos geógrafos europeus, principalmente franceses, fundaram no Brasil os primeiros cursos de geografia, eles tinham como



principal parâmetro teórico Paul Vidal de La Blache. E por isso, traziam na bagagem os conhecimentos sobre os estudos regionais. Desta maneira, a base do positivismo clássico ficou mais evidente e o entendimento da geografia sobre a real situação da população regional, tanto nas suas definições e dos modos de vida, exemplo, habitat rural, modo de povoamento, ou até mesmo na paisagem natural.

Na década de 1970 vão acontecer as mudanças significativas a respeito das bases teórico-metodológicas da geografia agrária. Elza Keller (1973) citada por Ferreira (2002, p. 271), a respeito da revolução quantitativa e pela utilização de uma metodologia que pudesse tipificar a agricultura no Brasil, afirma o seguinte:

A geografia, atualmente por sua renovação filosófico-metodológico-metodológica, não tem mais seu interesse centrado sobre a simples localização e descrição dos fatos geográficos, porém tem a preocupação básica de identificar e explicar estruturas e processos espaciais. Daí o desenvolvimento das técnicas matemático-estatísticas que possibilitam e estrutura a ciência geográfica em termos de teorias e leis. (KELLER, 1973 apud FERREIRA, 2002, p.135).

A transformação que ocorreu após esse período na Geografia Agrária, teve importantes significados, no como pensar e fazer Geografia Agrária, tendo como foco de análise o processo de modernização da agricultura então em vigência, e seguindo novas propostas de análise da realidade. Mas, o quantitativismo mudou apenas a metodologia de análise, não mudando profundamente o método de interpretação.

Como mudança mais profunda se insere no pensamento geográfico sobre o campo a lógica dialética. A dialética emergiu nos debates geográficos oferecendo uma nova visão, de se pensar e fazer nas questões metodológicas (MORAES; COSTA, 1984). Para o autor a renovação crítica da geografia, na década de 1980, decorreu de dois pontos que devem ser levados em conta: o objeto e a metodologia.

Em primeiro lugar observa-se que muito resta a se fazer no deslindamento claro do objeto geográfico. Tal preocupação pode agora ser retomada sem as amarras do “gegografismo” positivista que buscava um objeto ímpar. Em segundo lugar, observa-se que muito resta a se fazer no plano da elucidação metodológica. A temática do próprio marxismo, o contato com a produção contemporânea, são tarefas que impõem. A renovação crítica da Geografia demanda um avanço substancial dois planos de discursão. (MORAES; COSTA, 1984, p.110).

As mais variadas preocupações do contexto social dialético, ligada aos problemas da estrutura agrária e com a relação do trabalho desenvolvida no meio da produção, foram à diferenciação da Geografia Agrícola da Geografia da Agricultura, que vinha sendo a proposta de interpretação até então. Dentro destas preocupações, ocorre a transição por necessidade de se introduzir a Geografia Agrária no campo dialético, pensando a agricultura e o campo como mais significativos do que simplesmente o de ser fonte de abastecimento da população, dando assim mais visão à questão agrária e seus componentes como, por exemplo, a luta pela terra e a violência no campo.

Considerando este período, a década de 1970, é importante ressaltar que o Brasil vai passar de um país agrícola para um país voltado para uma sociedade urbano-industrial. A partir deste momento a suposta hegemonia que havia no campo deixa de existir e a cidade passa a ser o espaço imposto à maioria das pessoas. Neste sentido, a indústria ganha força e o processo de modernização agrícola se intensificam, ocorrendo inúmeras transformações que vão influenciar na produção geográfica sobre o campo.

As mudanças ocorridas no campo serão sentidas a partir de processos sócio-espaciais indicadores de novos arranjos. A modernização da agricultura, a migração campo-cidade, o acirramento na concentração da renda e da terra, os

conflitos sociais são alguns dos novos elementos de análise da atividade agrícola. (FERREIRA, 2002, p. 1).

O modelo da agricultura na década de 1960/70 era voltado principalmente para o consumo do capital e das tecnologias importadas de países que impunham seus produtos e insumos, que ia desde máquinas apropriadas aos seus países de origem, que não podiam utiliza-las mais, como por exemplo, em solos congelados pelas pesadas geadas. Como não havia mais mercado para essas máquinas e possuía influências sobre os principais investidores do capital faziam com que todos os seus produtos fossem consumidos por brasileiros (BALSAN, 2006).

Grupos especializados passavam a fornecer insumos, desde máquinas, sementes, adubos, agrotóxicos e fertilizantes. A opção de aquisição era facilitada pelo acesso ao crédito rural, determinando o endividamento e a dependência dos agricultores. (BALSAN, 2006, p.04)

Com a modernização ocorreu o benefício de alguns produtores e algumas fases do ciclo produtivo. Nota-se que a partir deste momento o estudo da Geografia Agrária passa a pensar este novo cenário e, aos poucos, foi conquistando terreno e assim se adequando suas tendências teórico-metodológicas. Neste contexto, a Geografia como um todo contribuiu para pensar uma nova forma de se fazer Geografia, pensando a sociedade a partir de seus conflitos no campo. Com essa nova forma de pensar, a Geografia Agrária e seus novos métodos levaria a outra visão, tendo a questão das classes sociais como foco de análise, no contexto dialético de interpretação da realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta pela terra, a violência e os conflitos no campo estão presentes no Brasil desde a formação colonial. Mesmo sem muitos incentivos os grupos camponeses familiares resistiram às injustiças que antes, e ainda hoje, privilegiam os grandes produtores. Nesta transição do Brasil agrário para um Brasil Agroindustrial percebe-se que a perspectiva da Geografia Agrária, numa lógica crítica, aos poucos foi ganhando espaço e adequando suas tendências teórico-metodológicas que permearam a Geografia como um todo. Desta maneira o estudo da geografia contribui para uma nova forma de se pensar a sociedade do campo, principalmente, no sentido fazer uma análise crítica na construção de um processo de transformação social e política. Na atualidade a geografia agrária, para além do quantitativismo e positivismo dominante historicamente, busca também fazer uma análise dialética e qualitativa da realidade no campo.

REFERÊNCIAS

- BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. *Revista Campo-Território*, v. 1, n. 6, p. 123-151. ago. 2006.
- MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. *Geografia crítica: a valorização do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1984.
- MACEDO, V. F.; GUSMÃO, A. D. F.; ALMEIDA, M. C. C. A importância da geografia agrária: aspectos teórico-metodológicos. 2003. Disponível em: www.gepru.com. Acesso em: 28 de outubro de 2013.
- FERREIRA, D. A. O. *Geografia e agricultura: um estudo sobre a geografia agrária brasileira*. São Paulo. Terra Livre, n. 16, p. 39-70, set. 2001.